

ATA N.º 2/2024

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO
DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2024:

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU) e Ricardo José Silva Gomes (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Ferrel, da Serra d'El-Rei e Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), João Manuel de Jesus Gomes (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Ana João dos Santos Lima (PSD), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Margarida da Silva Martins (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA), Tiago Brás Correia (GCEPP) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para continuar os trabalhos da sessão ordinária do mês de fevereiro, iniciada a 02 de fevereiro de 2024, concretamente os seguintes pontos:

4.º - Período da ordem do dia:

2) Apresentação no âmbito da Transferência de Competências no domínio da Educação;

3) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;

5) Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que irá representar as freguesias do concelho de Peniche no Conselho Municipal da Saúde;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a deduções fixas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2024;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para prorrogação do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche, o Fundo Ambiental e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. para cogestão da Reserva Natural das Berlengas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Regulamento Municipal para a Taxa Turística.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores João Manuel de Jesus Gomes (PS), Tiago Brás Correia (GCEPP) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Anabela Correia Dias (PS), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP) e Nuno Rodrigo Sales Madeira

(PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A senhora Margarida da Silva Martins (PSD) compareceu no decurso da sessão, durante a apresentação do ponto dois da ordem do dia e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Carlos Alberto Reis Silva (PS) e Sandra Cristina Machado de Matos (PS), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

O senhor Ricardo José Silva Gomes encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

Esteve presente a Chefe da Divisão de Educação, Carla Carriço.

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(continuação)

2) APRESENTAÇÃO NO ÂMBITO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Foi efetuada uma apresentação no âmbito da transferência de competências no domínio da Educação, relativamente aos anos de 2021, 2022 e 2023.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Fico contente, porque, por seis vezes nesta Assembleia Municipal, pedi esta informação, finalmente ela apareceu, ela é importante e tal como disse o senhor Presidente da Assembleia Municipal na Educação não há prejuízo, há saldo negativo, neste caso, ou seja, prejuízo não pode ser, porque a Educação deve ser considerada como uma prioridade em qualquer país e obviamente no nosso não foge à regra nem à exceção, por isso, o que foi aqui apresentado foi além da transferência de competências, foi dado um quadro global da situação no concelho, para mim não tem muitas novidades a não ser a novidade relativamente ao impacto de tudo aquilo que tem a ver

com o pessoal não docente e sem dúvida nenhuma que aquilo que o Governo nos obrigou, porque disso se trata, um dever, uma imposição, não uma descentralização acordada e de acordo com a vontade das duas partes e com os valores respetivos necessários para as duas partes ou nomeadamente para a parte que fica com a competência, assim é que era uma descentralização efetiva, real e responsável, assim foi passar para o Município de Peniche um conjunto de recursos humanos associados a estas competências, cujo saldo é bem visível que é um saldo negativo de muito dinheiro e, naturalmente, o que vai para esta área, não vai para outra, portanto, se nós Presidentes de Junta de Freguesia lutamos, e bem, para que a nossa transferência de autos de recursos tenha uma atualização de acordo com aquilo que é a evolução real das despesas, também aqui temos de ser solidários com o município dizendo, de uma forma clara, que os valores que foram dados aos municípios estão aquém daquilo que são as necessidades.

Relativamente ao rácio, considero que o município tem um desafio que é o rigor, tem de haver muito rigor, porque há uma coisa que é clara para todos, quando há esta descentralização forçada, quem está mais próximo tem um problema, dá a cara com mais facilidade no dia a dia, obviamente, quem está em Lisboa, não enfrenta esse problema. Pode haver apetites para reforço de pessoal e eu acho que o município tem de ter uma posição clara, cumprir os rácios, ou seja, cumprir os números de pessoas que são necessárias para o desempenho das funções.

Foi aqui colocada uma questão, de uma forma muito rápida, que é a questão do absentismo. Eu julgo que era importante para nós, membros da Assembleia Municipal, assim que for possível, darem-nos uma ideia, uma visão global, do que é que significa este absentismo, porque nós também fazemos essa avaliação quando fazemos o relatório de atividades da Câmara Municipal e relativamente aos trabalhadores é um aspeto que é sempre referido, portanto, convinha perceber o que é que isso significa.

Houve aqui uma mistura de informação, a qual agradeço, que não tem a ver com a transferência de competências, tem a ver com os números por escola, as salas de aula que estão a funcionar, etc., mas eu chamo a vossa atenção que os agrupamentos o ano passado e estou a falar da Serra d'El-Rei, por um aluno não teve um professor e merece a minha condenação, porque numa escola como aquela as quatro salas deviam funcionar e cada grupo de crianças deviam estar no seu ano, uns no 1.º ano, outros no 2.º, no 3.º e no 4.º ano, porque juntar crianças de dois anos na mesma sala não é educação e tem que se dizer de uma forma clara que nós queremos educação de qualidade e não passa por aí, porque foi-nos dada informação relativamente à Bufarda com os seus quarenta e dois alunos tinham três salas, a Serra d'El-Rei teve sessenta e sete alunos em três salas, portanto, tem de haver uma coisa que se chama equilíbrio e os nossos representantes do Município que estão nos Agrupamentos de Escolas têm que ter também esta preocupação acrescida relativamente a esta realidade, aquelas crianças do 1.º ciclo da Escola da Serra d'El-Rei foram prejudicadas por uma decisão que não racional e que eu gostaria aqui de deixar o meu desacordo relativamente a isso.

Relativamente aos transportes escolares, não é para hoje, mas, dada a informação prestada de uma forma sucinta, gostava de ter mais informação sobre a questão dos transportes, porque todos sabemos que existem, pelo menos nos primeiros períodos do dia, algumas divergências relativamente às primeiras horas e eu gostava de perceber quais são os horários efetivos, pelo menos no início do dia em todo o concelho, para perceber se todas as crianças do nosso concelho estão em igualdade de circunstâncias ou não.

Uma chamada de atenção para uma coisa que ouvi aqui, que eu acho que em alguns casos faz muito sentido, noutros casos julgo que é preciso ter alguma atenção, não só porque isso tem custos para o Município e pode ser mais ou menos justo que é a questão das exceções nos transportes, ou seja, os táxis, etc. Acho que também deve haver essa preocupação, porque nas situações que é mesmo necessário não há outra solução, temos de levar as crianças ao Casal Benfeito ou a uma zona do concelho que é mais difícil e não existe transporte nenhum, mas atenção a isso e

a esse tipo de situações.

Relativamente às refeições escolares, acho que o município evoluiu bastante e estou à vontade porque trabalhei muito nessa área, mas mais que os números tenho preocupação por uma questão que é a qualidade da alimentação e eu acho que este é o grande desafio. Eu não me preocupo se os pais vão contestar que os meninos na quarta-feira comem peixe e na sexta-feira comem peixe, isso não me preocupa, porque tem de haver equilíbrio na refeição e esta é feita por técnicos e naturalmente há esse cuidado, mas aquilo que me preocupa é a qualidade das refeições que são servidas às crianças, porque mais qualidade significa que a barriguinha fica mais composta e o pensamento é mais lógico. Dou muita importância a um projeto que tive a felicidade de iniciar é a fruta escolar. Eu acho que a fruta escolar é fundamental, nós temos muitas crianças que não gostam de fruta, mas não há alternativa, portanto, a fruta escolar é sem dúvida nenhuma um elemento, a Câmara Municipal tem inclusive publicações sobre a fruta escolar que deve usar de forma pedagógica junto da comunidade educativa.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Agradeceu os esclarecimentos e solicitou que pudesse ser disponibilizada a apresentação por email para a Freguesia de Peniche.

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«A importância do valor referido e a necessidade de gestão de todas estas questões leva-me a reforçar o que, de certo modo, está previsto na Carta Educativa, que é a necessidade de concentração das escolas, portanto, é evidente que se fisicamente continuarmos a trabalhar como estamos a trabalhar, muito dificilmente conseguimos diminuir custos. Evidentemente que o que eu estou a dizer não se consegue em dois anos ou em três anos, mas se não começarmos objetivamente e com muita força a pensar no investimento que vai permitir uma mais racional gestão de tudo o que falámos aqui, mais concretamente dos recursos humanos que acaba por ser talvez o maior peso, nunca mais resolvemos isto e, portanto, esta concentração é de facto fundamental. Na perspetiva da Bancada e de mim próprio quando nós sabemos muito bem o que queremos e temos uma estratégia concreta para o curto e médio prazo, muito provavelmente conseguimos alavancar os nossos custos, porque conseguimos fazer candidaturas e conseguimos obter apoios e é aí o grande desafio para racionalizarmos isto, porque realmente é um dever aumentar os serviços que prestamos, mas não conseguimos suportar estes encargos e temos mesmo de trabalhar, provavelmente, numa perspetiva estratégica de futuro.

Em relação aos transportes, temos aquela questão da OesteCIM e de a Câmara Municipal ser sócia da Rodoviária e eu tenho muita dúvida, nesta lógica de concentração das estruturas físicas para o ensino, se não devia estar agarrado a cada núcleo, a cada estrutura física um sistema de transportes e estes serem geridos pela própria escola, evidente isto tirava responsabilidades à Câmara Municipal, punha responsabilidades numa perspetiva de Campus nessa concentração que estamos aqui a pensar, mas não sei se isso não racionalizava um pouco a questão e, de certo modo, quando avançarmos para o nosso compromisso com a OesteCIM temos de ter o cuidado de não hipotecar esta possibilidade de descentralização da gestão dos transportes e eu penso que a mobilidade é um assunto que temos de pensar muito bem, porque é um encargo muito significativo e acabaria eventualmente no futuro por ser uma estratégia diferenciadora do nosso funcionamento. Estas são as ideias que gostaria de deixar, motivadas pela importância do número que foi apresentado e agradecer todo o trabalho que foi feito.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Permita-me apenas dar duas notas em relação ao relatório: uma respeitante à distribuição do pessoal não docente, portanto, é dito que justificaria uma mais eficaz e eficiente distribuição e a outra para a componente da sustentabilidade financeira, dado que é assumido que existe um défice financeiro, já aqui referido e foi sobejamente apresentado e nesse aspeto julgo que é de saudar a forma como foi apresentado, julgo que é mais do que suficiente relativamente à situação do concelho na Área da Educação.

Em relação ao rácio do pessoal não docente, é feito anualmente ou há um leque temporal maior e por isso se ele é ajustado de acordo com as necessidades, ou seja, muitas vezes o rácio nem sempre corresponde às necessidades e por vezes, quando temos escolas ou agrupamentos com alunos com necessidades educativas especiais, exigem um outro funcionário que nem sempre é tido em conta nesse rácio inicial. Quanto ao défice é evidente que quando se fala em investimentos, o défice é porque houve investimento e, portanto, o que diga respeito a investir na educação é de facto positivo e é importante que se invista numa área tão importante, investir na Educação será investir também no país, no entanto, ao dizer que o défice está a aumentar a preocupação será que estratégia existem para evita o avolumar desse mesmo défice, ou seja, se o Município está de facto atento.

Há pouco, o senhor Dr. Rui Vargas referiu alguns aspetos, inclusivamente que possam amenizar esse défice obtido, mas ao mesmo tempo também apontou que poderá aumentar a despesas dos setecentos mil euros para um milhão de euros, ou seja, há aqui uma dúvida entre o aumento e a redução, evidentemente que um milhão assusta e isto ao fim de alguns anos será preocupante. Por outro lado, volto sempre à dúvida da transferência de competências na Área da Educação que me diz respeito e obviamente que volto a insistir que havendo investimento há dinheiro gasto, mas é por uma causa nobre, mas também aqui, relativamente aos Municípios, e é um pouco a posição pessoal e não da Bancada, continuo a pensar que há demasiados normativos, portarias, diplomas nesta transferência de competências e muitas vezes falta alguma unidade, incluindo o diploma, como há pouco foi referido, que ainda está para ser publicado e que atrasa todas estas questões de financiamento, mas todas estas preocupações existem, porque os municípios que assumem responsabilidade da requalificação, da modernização de edifícios escolares, apetrechamento, conservação e manutenção, para além dos transportes e da alimentação que é todo um regime jurídico da ação social, tudo isto cria também algumas assimetrias regionais entre municípios, porque muitas vezes podem dizer que municípios que têm melhores condições financeiras têm outra capacidade de investir, porque terão capitais próprios, nessa mesma requalificação, nas medidas de apoio aos alunos e às famílias, e o que eu digo é que com isto não poderá crescer as desigualdades territoriais num domínio que eu diria que é crítico para a coesão nacional, que é a Educação.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Primeiro quero reforçar o agradecimento a todos os que intervieram, nomeadamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque acompanhei, pelo monstruoso trabalho para conseguirmos chegar aqui, porque andamos a procurar chegar a dados objetivos praticamente desde o primeiro ano, 2021, e todo o processo de transferência de competências não foi fácil, porque quem nos acompanhava também não tinha resposta para muitas questões que colocávamos, hoje o processo é mais claro para nós e é mais claro também o relacionamento com o senhor Diretor Regional e também com outras entidades que nós vamos ter de nos envolver, passando a fase eleitoral.

As questões que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, colocou, uma grande parte delas estão trabalhadas e assim que tivermos os dados enviaremos. Os dados com a Educação e da transferência de competências estão para além daquilo que conseguimos expor através desta apresentação, nomeadamente os investimentos que têm sido feitos no parque escolar e que são constantes, neste momento continuam a decorrer e,

provavelmente, nos próximos anos vão continuar a decorrer.

Em relação aos transportes, nomeadamente a questão referida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, relativamente aos táxis, não são apenas táxis, temos alguns protocolos que são exceções, situações de mobilidade muito específicas que não podem ser englobadas nos transportes regulares e, logicamente, também sabemos que a razão do défice, em termos de investimento, tem que ver com opções políticas, nomeadamente a componente de apoio à família, que vai continuar e a tendência deverá ser poder trabalhar em mais ofertas e melhorar esse apoio às famílias, e todos sabem que há sempre uma grande insatisfação em relação a isso. Acho que estamos muito melhor do que estávamos, temos progredido todos os anos e agradeço também às pessoas que têm trabalhado a Educação, nomeadamente, o senhor Vereador Mark Ministro, numa primeira fase, e depois a senhora Vereadora Ana Batalha e, particularmente, nesta última fase, com um empenho muito grande, a senhora Chefe de Divisão, Dra. Carla Carriço, com o acompanhamento em muitos aspetos do senhor Dr. Rui Vargas.

Um dos aspetos que tem merecido maior atenção, obviamente, é a questão do rácio e, também, com muita atenção e vigilância em alguns serviços que prestamos que foram criados por opção política para melhorar, noutros aspetos, quando não o justificarem, nós apontamos essas situações e tentamos não permitir. Depois, há um conjunto de fatores que determinam o défice, a diferença do custo das refeições, mas, além daquilo que recebemos e pagamos, preocupa-nos mais a qualidade, porque nós temos consciência que deveríamos proporcionar melhores refeições, por isso estamos a ponderar a hipótese de voltar a sermos nós a confeccionar as refeições nas escolas privilegiando a utilização de produtos do nosso concelho e da região.

A questão dos transportes foi uma opção, há concelhos na região que têm maior capacidade financeira do que nós e não pagam os 100% dos passes, a opção da Câmara Municipal de Peniche foi assumir os 100%.

Entendo e penso que todos entendemos que é um investimento que é determinante e deve ser sempre encarado como a primeira prioridade da gestão municipal, independentemente da nossa avaliação que é a transferência de competências ou não. Na minha opinião, deveria haver mais participação do Estado, em termos financeiros, mas também entendo que a proximidade dos concelhos às escolas e das escolas às gestões municipais é determinante para que as escolas e o ensino possam melhorar em cada um dos nossos concelhos.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente aos rácios, no relatório de transferência de competências, em 2023, fazemos esse historial (página 17), tínhamos em abril de 2019, reportando-nos a Assistentes Operacionais, cento e vinte e oito colaboradores, em abril de 2021, cento e quarenta e quatro, em outubro de 2022, cento e quarenta e seis, tem havido um espaço temporal de dois anos. Aquilo que foi combinado com o senhor Delegado Regional, que tem funcionado, já funcionou para setembro de 2023, o que nós fazemos é, enviamos um email, há uma validação, não ficamos à espera de que haja uma reunião no âmbito da Comissão de Transferência de Competências, e na ata da reunião seguinte é colocado esse aspeto e assim somos ressarcidos dos valores.

Ainda no que diz respeito à rede escolar, este ano estamos já a trabalhar com o senhor Delegado Regional para, em março, podermos ter uma reunião para definir as prioridades e a necessidade da rede escolar para ir de encontro àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei estava a referenciar com o número de salas, sabendo nós que há uma aprovação por parte do senhor Delegado Regional da DGESTE, mas depois a avaliação final será só em julho, em função das matrículas e a composição das próprias turmas.»

3) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL

POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Não pretendo pedir esclarecimentos à Câmara, quero apenas pedir uma intervenção, no sentido de ajudar a resolver um problema criado pelo fogo do passado dia 16 de janeiro. Na zona junto ao Fórum da Serra d'El-Rei ficaram três ou quatro postes sem iluminação na EN114, em frente à Associação A Serrana, mas pior que isso ficou também por resolver o problema das colunas das passadeiras que fazem muita falta, porque ali acaba por ser o centro da vila. Peço à Câmara Municipal para ter em conta essa situação e para dar prioridade, porque aquilo passa por uma intervenção municipal. Face àquilo que ocorreu e temos danos muito significativos por resolver e aquele justifica uma intervenção dos serviços de eletricidade da Câmara Municipal com o apoio da EDP.»

Ricardo Gomes, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Sabemos que o terreno do parque de autocaravanas da Consolação foi adquirido, queremos saber como está o projeto, se há possibilidade de começarmos a vedar, a plantar árvores, de engrandecer o projeto do parque já existente com a sua manutenção para o preparar para o próximo verão.

Sobre as viaturas abandonadas pelo nosso concelho, nomeadamente na Freguesia de Atouguia da Baleia, temos sido questionados por vários cidadãos por que razão ainda não foi resolvida essa questão.

Gostaríamos de fazer um agradecimento ao Município pela intervenção e limpeza do Forte da Consolação e também gostaríamos de saber o estado do desenvolvimento da obra.

Houve uma intervenção do Município num caminho junto à Quinta do Penteado que fez ruir um fontanário. Temos tido alguma preocupação no património por parte de alguns fregueses e gostaríamos de saber se está pensada alguma coisa para evitar que haja o desabamento total deste fontanário.

A Casa dos Valla, um equipamento necessário à freguesia para a ampliação e melhoria dos serviços. Gostaríamos também de saber como está essa situação.

Em relação à Consolação, já foi pedida uma ajuda ao Município, nomeadamente para a questão da atribuição dos números de polícia que requer uma revisão técnica e apoio técnico, porque a Consolação está bastante desordenada, até do ponto de vista de espaços verdes que foram entregues ou não para a competência pública e, portanto, gostaríamos de deixar o apontamento de que é urgente fazermos esses melhoramentos a nível de ordenação na Consolação.

Vou falar do protocolo de transferência de competências, alertar primeira da necessidade de mais diálogo com as freguesias nesse sentido, porque, desde 2021, algumas dessas competências nunca foram efetivamente exercidas pela Junta de Freguesia por falta de meios e uma delas já foi devolvida. Um dos pressupostos da transferência de competências era o financiamento dos catorze funcionários e o valor não foi acompanhado, sei que a senhora Vice-Presidente já se comprometeu a fazer negociações e a atualizar os valores destas competências, mas como até agora ainda não aconteceu, gostaríamos de saber se há desenvolvimentos ou não.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação ao protocolo de transferência de competências, na próxima semana irei reunir com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia para falar sobre o mesmo, já reuni com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel e irei reunir com a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche na próxima semana, portanto, estamos a ultimar a parte da transferência de recursos, para depois poder levar a reunião de Câmara e ficar salvaguardada essa situação. Entretanto, estamos também já a trabalhar na restante parte dos autos de transferência e também terei de falar com os senhores Presidentes de Junta e chegarmos a um acordo.»

Relativamente à parte da Consolação, em relação à candidatura e àquilo que diz respeito ao Forte da Consolação ela está fechada, neste momento, como está, por força de termos de fechar as candidaturas. Houve uma série de circunstâncias que não foram favoráveis relativamente à realização do Forte da Consolação e de toda a sua obra, nomeadamente a parte do projeto não ajudou à realização da obra e, portanto, tivemos de fechar e ficou como está, daí também termos retirado e feito a limpeza que era necessária em frente ao Forte, desimpedido, na medida do possível, o que lá estava em termos de lixo, não podíamos mexer sem estar fechada a obra e sem estar fechada a candidatura.»

Em relação à Casa dos Valla, estamos também em negociações com a Junta, portanto, na próxima reunião que irei ter, que eu espero ser na próxima semana, vamos tentar falar e perceber o que se pode fazer relativamente à Casa dos Valla.»

O parque de autocaravanas, vou ver o ponto de situação, confesso que não tenho essa informação.»

Em relação às viaturas abandonadas, realmente é um problema que nós temos no nosso concelho, estamos a tentar solucionar, ainda assim, algumas têm sido recolhidas e se nos poderem indicar alguma façam-nos chegar por email para nós podermos agilizar.»

Em relação ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, irei informar os serviços para irem à Freguesia da Serra d'El-Rei.»

Ricardo Gomes, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Ficou por responder à questão do fontanário e também os números de polícia.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Sobre os números de polícia, não sei de nada e a senhora Vice-Presidente também não sabe de nada, não sei a quem foi pedido o apoio, portanto, é preciso recuperar o processo.»

Ricardo Gomes, Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):

Disse o seguinte:

«Tem que ver com o desordenamento que há que tem de ser revisto e precisamos desse apoio técnico do Município.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Como é que podemos dar o apoio técnico do Município se é a primeira vez que ouvimos falar disto.»

Em relação ao parque de autocaravanas da Consolação, é uma intervenção da Divisão de

Obras Municipais que a seu tempo alargará o espaço, por isso foi adquirida a propriedade pelo Município, e intervirá em função disso, depois veremos com a Junta de Freguesia qual pode ser a sua colaboração.

Em relação às viaturas abandonadas, quando nós alugámos um armazém fora da cidade também teve como objetivo a recolha das viaturas que estão em espaço público, porque nós não podemos recolhê-las e deixá-las em alguns espaços públicos para ser vandalizadas, portanto, ou são recolhidas como devem ou senão a responsabilidade recairá sobre a Câmara Municipal, mas como tem havido uma necessidade dessa equipa que vai fazer essa intervenção de intervir noutras obras, ainda não foi possível começar.

Em relação ao Forte da Consolação, há ali uma necessidade de intervir no talude norte e também estamos a aguardar sobre como o fazer com a Agência Portuguesa do Ambiente.

Em relação à Quinta do Penteado, já foi dito ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia que houve uma precipitação da parte do serviço que fez aquela intervenção e por consequência ocorreu o que não deveria ter ocorrido com o fontanário e vamos ter de aguardar pela melhoria do tempo. É uma área muito sensível em termos de movimentação de viaturas.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero começar por deixar uma palavra de agradecimento à senhora Dina Carvalho, que fez parte do Chega até à penúltima reunião da Assembleia Municipal, os contributos nos debates nesta Assembleia, muito especial na Área da Educação.

Quero deixar também um agradecimento ao Aja Alzira, ao Trio Elétrico, que aconteceu na cidade de Peniche, a todos aqueles que aderiram, ao Grupo Caga-te Cão, que também animou a cidade de Peniche, a todas as marchas, marchantes, aos corsos carnavalescos, à Comissão de Festa em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem que dinamizou o nosso Jardim Municipal. Quanto ao percurso do Carnaval, não irei comentar neste momento e como devem saber tenho muitos anos de organizar o Carnaval e acredito na pessoa que está à frente como técnico, como funcionário, é um excelente funcionário, mas, eventualmente, a saída na Avenida das Escolas não será uma boa solução, mas é a minha opinião particular.

Quero agradecer à Câmara ter doado o edifício sede da Freguesia de Peniche, aguardamos a escritura.

Quero também agradecer à Câmara por estar na ordem de trabalhos da próxima reunião de Câmara o pagamento dos 50% da reabilitação do armazém, portanto, a todos aqueles que fizeram um esforço para que isso acontecesse, em nome da Freguesia de Peniche, muito obrigada.

Em relação a obras, está tudo escrito, mas quero falar sobre uma obra que foi feita, não consegui perceber porquê ou para quê, em frente ao Café Polivalente. Quando vi aquilo esburacado pensei “vai nascer a rotunda”, mas não, sei que a obra foi dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, não percebi ainda o que se passa ali. Ainda a nível de obras, que fique bem claro que eu não tenho nada contra a Estrada do Béltico, nem tenho nada contra o alcatrão para a Consolação, nem nada contra o alcatrão para o Sol Village II, eu estou aqui para defender a Freguesia de Peniche e para mim primeiro Peniche.

Marginal Norte, não vou aprofundar mais o tema, porque há coisa que nem vale a pena, isto um dia vai ser bonito.

Quanto às empresas que andam a colocar os cabos de telecomunicações, como aquela que foi colocar os sistemas de abastecimento elétrico para veículos na Avenida das Escolas, mesmo ao lado da Associação, está um amontoado de calçada, pedra miúda, frente ao antigo café da Associação e frente ao alojamento Maré Alta. Estão lá desde finais de dezembro ou princípio de janeiro, a linha do passeio que vem da Associação, não sei quem fez aquela calçada, mas sei que não foram os serviços da Câmara Municipal, o amontoado de pedra continua lá e o passeio continua

por reconstruir. Isto é só um alerta para quem fiscaliza obras destas subempreitadas para terem mais atenção em relação a isto. Quem fala dos passeios da calçada encostada aos muros, fala do esburacar e eu não faço ideia quantas vezes, certas ruas em Peniche, abriram e taparam buracos e quando tapam nunca fica como estava, porque ficam lombas e quando não ficam lombas ficam sem calçada ou a calçada fica torta.

Quero questionar a senhora Vereadora Ana Rita Petinga se está a pensar reabilitar o polidesportivo do Bairro de Santa Maria, porque se não estiver, no próximo mês e assim que nos pagarem os 50% do armazém, a freguesia pode por as redes novas, pintar o muro, dar um reboco novo àquele muro, não tem problema nenhum, é para isso que serve o dinheiro, sai dos bolsos da Câmara, entra nos bolsos da Freguesia e nós pomos no polidesportivo que não é da competência da freguesia.

O mesmo em relação ao abrigo da Estrada dos Remédios, não é da Freguesia de Peniche, mas já disse várias vezes "deem-nos o abrigo que nós colocamos". O abrigo da Estrada dos Remédios, ao pé da Universidade, continua com as varetas espetas sem mais nada, mas deem-nos, nós até vamos buscar aos armazéns e montamos e fica tudo certo.

Gostava de saber se existem projetos para algumas rotundas, digo, por exemplo, a rotunda da Monza, a rotunda do Mercado ou Tribunal, a rotunda do hospital, na Paulo VI, isto é um exemplo, se existe algum projeto para essas rotundas.

Protocolos de obra, para a semana vamos falar, a ver se falamos sobre os protocolos de obra solicitados pela freguesia.

Não podia deixar de falar dos moloks do Campo da Torre. Eu não sei quem fez o projeto, mas quem fez o projeto estava possuído pelo demónio, quem fez este projeto foi uma obra diabólica, eu sou do Campo da Torre, eu nasci no Alto da Vela e já não bastava, em 2005, aqueles pedregulhos vindos de Marte ou de Júpiter que foram colocados milimetricamente na rotunda com chapas ferrugentas, valia mais por os sessenta pares de sapatos que há no rio Danúbio, se calhar fazia mais sentido ultimamente em Peniche do que aquela rotunda e nunca ninguém se opôs a tirar aquilo, porque quem faz os projetos e se senta em Coimbra, no Porto ou Faro não é Penicheiro e eu chego a concluir que quem pôs aqueles moloks ali foi uma pessoa que estava possuída, só pode estar possuída, e eu não me quis chatear mais com aquilo, porque os moloks não estavam em frente à Gena da Hermínia, nem estava ao pé do Sabino, nem estava ao pé do edifício devoluto da GNR, que não está a fazer nada lá, mas viram cá apara baixo, para o pé da ti Teresa, do Tasse Bem, quer dizer, aquilo faz-me lembrar a panela se sopa da Felisbela da cantina, aquilo é uma coisa monstruosa. Em relação aos moloks, a freguesia nunca foi tida em consideração, nem tinha que ser, só que aquilo é uma coisa que não tem explicação, nem consigo arranjar explicações para aquilo.

A empresa de desratização sempre veio a Peniche, deu os locais onde andou, porque eu ando na rua, as pessoas perguntam-me e eu digo que sim, mas depois não é verdade.

A nossa Casa Mortuária é um elefante branco e quando eu digo um elefante branco não me estou a referir ao Multiusos dos Bombeiros, eu acho é que estamos todos a alucinar e estamos a criar expectativas de elefantes brancos.

Como sempre a freguesia está para ajudar, não está para complicar a vida a ninguém, independente de tudo.

Acabei de enviar para a senhora Vereadora Ana Rita Petinga um despacho interpretativo de 11 de março de 2014 que fala sobre o artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, não só para as calçadas, para as sarjetas, para os lavadores, para os balneários, portanto, tive a liberdade de enviar para futuramente falarmos sobre o artigo 16.º da transferência de competências.

Desculpem-me o meu tom mais agressivo em relação aos moloks, porque as pessoas conhecem-me, sabem de onde eu sou e como nasci ali e estou ali todos os dias, tive muitas pessoas num constante bombardeamento, mas vamos ter calma, ver o que isto vai dar, saber como é que foi, se for para avançar eu, Teresa, sereia primeira a sentar-me lá e não deixar fazer nada, portanto,

é esta a minha posição se aquilo for para ficar lá.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Começo pelo assunto da transferência de competências e, efetivamente, houve mais uma reunião, mas lembrar que houve um conjunto de reuniões desde o mandato anterior para este mandato e que houve uma proposta no dia da Assembleia Municipal, da votação do orçamento que, não sabemos como, apareceu e há uma avaliação prometida pelo senhor Presidente de Câmara, desde 2017, que nunca mais aparece. Posto isto, para dizer que é necessário que nos sentemos e que a Câmara Municipal diga efetivamente se quer fazer alguma coisa, mas se não quer que assuma para não andarmos a perder mais tempo, porque acho que já não é preciso perder-se muito mais tempo com a questão da transferência de competências, já existiram todos os argumentos e mais alguns relativamente ao mapa de pessoal, mas depois era outra coisa, tem sido uma embrulhada só para o assunto ser protelado e, portanto, é atacar-mos o assunto, reunirmos em reunião de Câmara como já foi alvitrado e resolver o assunto de uma vez por todas, porque continuamos a pagar os salários e eles, e bem, têm subido, mas continua a ficar do lado das freguesias e as competências não estão por executar.

Relativamente à Escola Primária de Ferrel, nomeadamente o edifício e a sua circundante, relembra mais uma vez que é a escola com alunos em aulas que está em pior estado, a única que nunca teve uma intervenção de fundo e que reparasse efetivamente o pátio e a sua circundante, não tem equipamentos para as crianças, divertimentos infantis. Vou fazer um resumo, porque a 12 de outubro de 2020, ainda antes do final dos contratos de obra, fizemos um pedido de contrato de obra para fazer o pátio, depois em 2022, a Comissão de Festa de Ferrel disponibilizou mão de obra para fazermos essa obra e nós, que honestamente pensávamos que esse contrato de obra estava aprovado, viemos para vir buscar material e disseram-nos que não estava aprovado, depois, por ocasião das Tasquinhas em Ferrel o senhor Presidente da Comissão de Festas informou-me que falou diretamente com o senhor Presidente de Câmara e que o senhor Presidente de Câmara lhe disse que bastava nós mandar-mos um email e que ele autorizaria, como é seu apanágio, o email seguiu no dia 12 de julho de 2022 e até hoje não há resolução e não há resposta como também é seu apanágio. Depois temos mais alguns pedidos de requalificação na área das escolas primárias, a 12 de setembro de 2022, a 06 de março de 2023 e a 06 de setembro de 2023, já depois de, em 30 de junho de 2023, termos assistido a um abaixo assinado que foi entregue pelos Encarregados de Educação e nessa altura a Câmara Municipal, através do senhor Presidente, dizia que iria falar com a Junta de Freguesia eventualmente para poder fazer a obra, cedendo os materiais, e nós continuamos como estávamos que é à espera. Os edifícios estão a precisar de pintura, os muros estão num estado lastimoso, basta passar no centro de Ferrel, não cabe no século XXI uma escola primária que está em exercício ter muros naquele estado e o pátio que é terceiro-mundista.

Relativamente ao cemitério de Ferrel, deve estar na mesma prateleira que a Casa dos Valla ou a Rua Principal da Bufarda. Em 2017, o senhor Presidente, a única vez que teve coragem de ir a Ferrel, no Jantar de Natal, foi dizer à população que era a grande prioridade e hoje, em 2024, nós sabemos em que estado é que está. Fazendo uma pequena reflexão, a Junta de Freguesia chegou ao ponto de não ter covais onde sepultar os defuntos e teve que arrancar com duas empresas de Ferrel, que cederam gratuitamente trabalhadores, ferramentas e máquinas, e fez-se mais um coval, depois, é verdade que os terrenos foram comprados pelo Município, esses proprietários venderam os terrenos ao Município numa perspetiva voluntariosa, porque foram preços abaixo das avaliações, que todos sabiam, mas para a finalidade que era eles disponibilizaram, foi a Junta, através de mim, que teve de andar atrás deles todos a recolher declarações de compromisso, a entregar documentação na Câmara para fazer a venda e a suportar aqueles meses todos de espera para se fazer uma escritura e também foi a Junta com os seus meios que teve de fazer um segundo alargamento e que recebeu,

à posteriori, o valor dos materiais graças, nomeadamente, à oposição na Câmara Municipal. A 04 de outubro tivemos uma reunião na Câmara em que havia o assunto da CCDD a andar para trás e para a frente e ele deve continuar pelo caminho, porque vão havendo alguns desenvolvimentos que depois nunca o são na verdade. Nesse dia havia vinte covais disponíveis, hoje, passados quatro meses, nós temos doze covais disponíveis, isto significa que, pela média dos últimos meses, temos cemitério para seis meses e o assunto continua a protelar desde antes de 2017, mas neste caso, desde 2017 que ele podia estar resolvido. Costuma haver sempre dois argumentos que o senhor Presidente utiliza, o primeiro é que o cemitério é de Ferrel e é da Junta, tal como eram os outros cemitérios das outras Juntas que a Câmara alargou, e acho que fez bem, mas ainda assim se a Câmara não quiser alargar o cemitério de Ferrel nós só pedimos é que, de uma vez por todas, o assumam e deixem o assunto connosco, nós havemos de encontrar uma solução, como para tudo o resto. Relativamente ao segundo argumento que o senhor Presidente costuma utilizar é que o cemitério tem receitas, mas só quem nunca geriu um cemitério é que diz que o cemitério dá lucro. As receitas que o cemitério dá é para a sua manutenção e para aquilo que o cemitério necessita e, muitas das vezes, não chegam.

Tive nota de que as associações estão à espera de receber os apoios de 2022, estamos em 2024, gostava de perceber se isso é assim ou não.

Relembrar que a obra dos passeios do centro de Ferrel continua, também mais essa, sem resposta e essa também, quando chegar o tempo de eleições que é quando vai chegar o alcatrão e quando vão à pressa tentar ir lá fazer alguma coisa como queriam fazer nas últimas eleições, não vão pegar nela e não vão lá fazer só um passeio para tirar uma fotografia, podem ter a certeza que não.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação a tudo o que a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, em termos de elogios e cumprimentos que endereçou, gostava de me associar e certamente todos os membros da Câmara também se irão associar.

Em relação à escritura, já estamos a tratar, é um assunto que já tinha falado com a senhora Presidente de Junta que já lhe tinha alertado, inclusivamente o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei já me tinha alertado para esta situação e estamos a tratar do assunto.

Relativamente à obra, efetivamente é uma obra dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, foi uma conduta que rebentou, estamos a aguardar para colocar o asfaltamento, porque não estamos em período de asfaltamento dado a temperatura que está neste momento.

Relativamente às empresas de telecomunicações e empresas dos carregamentos elétricos, ontem de manhã estive ao telefone com a empresa e com o senhor Engenheiro Nuno Carvalho, no sentido de uma vez por todas eles começarem a obra e irem ao mesmo tempo colocando a calçada, porque, para além do local que referiu, junto ao Tribunal, estamos com a mesma situação, por trás do Mercado Municipal estamos com a mesma situação, portanto, há aqui uma série de calçada que está levantada, estradas que estão esburacadas, e o contacto foi no sentido de eles irem resolvendo a situação logo que vão terminado, portanto, espero que a situação em breve esteja resolvida.

Relativamente ao polidesportiva do Bairro de Santa Maria, está na listagem para reabilitação, mas poderemos falar na próxima reunião.

O abrigo da Estrada dos Remédios, neste momento, temos iniciado um processo para aquisição de abrigos, portanto, também está na listagem.

Temos projetos para as rotundas e também poderemos falar sobre os mesmos na reunião. Sobre os protocolos de obra também iremos falar.

A desratização, à medida que chegam pedidos por parte de qualquer Junta de Freguesia, normalmente vem indicado o local, e é pedido à empresa para se deslocar. Já pedi a listagem para

nós verificarmos se aquilo que foi pedido é aquilo que eles estão efetivamente a fazer e o Serviço Municipal da Proteção Civil também começaram a dar uma ajuda na parte da desratização e desbaratização, nomeadamente nas escolas.

Relativamente à Junta de Freguesia de Ferrel, eu e o senhor Presidente de Junta falámos e tive muito gosto em recebê-lo, acho que foi uma reunião muito produtiva e expliquei-lhe o motivo de ter atrasado esta transferência de competências de recursos, provavelmente uma falta da minha parte em termos de avaliação, porque talvez não interpretei bem o email que todos recebemos e também por uma questão de agenda não consegui reunir mais cedo, mas assim que conseguimos acho que chegámos a bom porto. Espero dentro em breve que o assunto seja presente em reunião de Câmara e espero também marcar a reunião que tínhamos combinado com os senhores Vereadores e com o senhor Presidente de Câmara rapidamente.

Relativamente aos pedidos da Escola de Ferrel e esta informação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel nos indica, eu confesso que conheço a situação, porque falei consigo, mas não tenho efetivamente aqui nenhum pendente sobre esse assunto, se me pudesse reencaminhar essa informação eu agradecia, até para poder despoletar aquilo que for necessário junto dos serviços.

Relativamente ao cemitério, pedia ajuda ao Dr. Rui Vargas que deve ter mais informação do que eu neste momento.

Relativamente às Associações, os apoios de 2022 foram recentemente a reunião de Câmara, portanto, iriei ver o que se está a passar relativamente aos pagamentos e depois posso informar o senhor Presidente.

Relativamente aos passeios no centro de Ferrel, não percebi muito bem, mas terá a ver com o Largo Nossa Senhora da Guia, creio que sim, portanto, também iremos numa reunião dentro em breve falar sobre esse assunto.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente à questão do cemitério de Ferrel, a dificuldade foi que a aquisição dos terrenos compreendeu um espaço que estava em Plano Diretor Municipal como espaço natural e quando abordámos a CCDR relativamente a essa temática, a CCDR veio levantar o problema. Contamos trazer alguma das entidades brevemente a Peniche, nomeadamente àquela zona, porque são entidades que têm de ter um parecer favorável e iremos fazer essa comunicação ao senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel quando as entidades vierem, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, para conseguirmos ultrapassar. A questão também foi abordada no âmbito do processo de revisão do PDM exatamente por esta particularidade de os terrenos terem sido adquiridos em zona natural.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«A situação da Escola de Ferrel irei enviar para a senhora Vice-Presidente, mas prende-se com aquilo que o senhor Presidente disse aqui na Assembleia e diz por aí e depois não cumpre.

Relativamente ao centro de Ferrel, é natural que a senhora Vice-Presidente não tenha percebido, porque foi para o senhor Presidente perceber e ele percebeu de certeza.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Quero dizer à minha colega Presidente de Junta de Freguesia de Peniche que a Casa Mortuária de Peniche, que está construída, teve uma comissão de acompanhamento que fazia parte o senhor Padre Pedro e o senhor João Augusto Tavares Barradas, ex-Presidente da Câmara

Municipal de Peniche, depois se a Paróquia entendeu que melhorando a estrutura que tinha lá próxima era melhor em termos de rentabilidade económica, é uma questão que passa à margem de tudo isso, mas na altura o que foi construído foi tendo por base a vontade de todas as partes, a vontade do Município e a vontade da Igreja Católica, depois se quiseram optar por outra coisa é negócio.

A única freguesia que não tem lombas neste concelho é a Serra d'El-Rei, portanto, temos alcatrão a menos, porque depois há lombas por todo o lado, basta entrar em Peniche, aquilo é só escolher a avenida, mas não é por não termos que queremos, nós queremos, porque estamos confrontados com um problema que passa se calhar despercebido, nós levamos com tudo o que é camião pesado dentro da nossa localidade, que vem dos belgas antigos, os dos anos sessenta que fizeram aquele grande investimento naquela zona e que hoje é mais conhecida pela Praia do Báltico, mas aquilo coloca vários problemas a quem passa ali no dia-a-dia e a todas as pessoas que fazem o transporte para Ferrel, Baleal. Nós precisamos mesmo de colocar ali umas lombas, aliás, o pedido está na Câmara Municipal e precisamos, não só por aqueles camiões de grande porte, até para ver se alguns deles vão pelo lado de Óbidos, mas também por razões de segurança. As temperaturas não estão boas para fazer pavimentações, mas estão muito boas para fazer lombas.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Lembro-me quando o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, foi ao Montijo e com a senhora Presidente da Câmara Municipal do Montijo foram ver a Casa Mortuária e escolheu-se aquele modelo, o que eu estou a dizer é que se calhar nem aquele modelo nem outro modelo, a Casa Mortuária veio como exemplo, veio a reboque da rotunda do pedregulho no Campo da República.»

5) ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA QUE IRÁ REPRESENTAR AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE PENICHE NO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (CGEPP):

Declarou que não pretendia ser eleita.

Francisco Salvador (PSD):

Informou que a Bancada do Partido Social Democrata iria apresentar para votação o nome do senhor Francisco Salvador, Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia.

Deliberação n.º 9/2024: Para a eleição do Presidente da Junta que irá representar as freguesias do concelho de Peniche no Conselho Municipal da Saúde, apenas foi apresentado o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Manuel Prioste Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, constatou-se o seguinte resultado:

Votos sim: Dezassete (17)

Votos não: Cinco (5)

Votos em branco: Dois (2)

Face ao resultado da votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou

designar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Manuel Prioste Salvador, como representante das freguesias do concelho de Peniche no Conselho Municipal de Saúde, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A DEDUÇÕES FIXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA O ANO DE 2024:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 19 de janeiro de 2024.

Deliberação n.º 10/2024: Submetida a proposta (n.º 17/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), manter a decisão da dedução fixa no IMI, em função do n.º de dependentes, nos termos e valores previstos no artigo 112.º-A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação, considerando-se os novos valores fixados, em vigor à data da deliberação, no âmbito do pacote de medidas da habitação aprovado pela Lei n.º 56/2023, de 06 de outubro, nos termos seguintes: Um (1) dependente - 30 € (trinta euros); Dois (2) dependentes - 70 € (setenta euros); Três (3) ou mais dependentes - 140 € (cento e quarenta euros).

Por não se encontrar na sala, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche não participou na votação deste assunto.

13) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PRORROGAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE, O FUNDO AMBIENTAL E O INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. PARA COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE AGOSTO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Naturalmente que a prorrogação concordamos com ela, a questão que põe com a Berlenga é que não sabemos, e voltamos outra vez à mesma questão, o que é que a comunidade local quer da Berlenga. Eu, por acaso, tive acesso a um trabalho de Mestrado que incidia sobre o trabalho da

Comissão de Cogestão e um dos pontos que dizia é que o funcionário que estamos agora a prorrogar a possibilidade de manter ou de contratar outro e até me informaram que o presente iria sair e que era um ex-aluno do IPL que tinha estagiado na Reserva da Berlenga, certamente um jovem, não sei o nível de conhecimento que ele tinha sobre a Berlenga, mas que tinha muito poucos meios financeiros e eu pessoalmente até duvidei que ele estivesse devidamente liderado para exercer a sua função. Voltamos sempre ao mesmo, com a fragilidade de intervenção que se tem manifestado em tudo o que são relações com as entidades nacionais e aqui concretamente com as outras entidades com as quais vamos fazer o protocolo, ficamos sempre numa posição de aceitar quase tudo o que eles nos dizem e poucas vezes impomos ou defendemos, no meu ponto de vista, que posso estar enganado, o que é melhor para a comunidade. Se analisarmos o plano que está desenvolvido pela Comissão de Cogestão é muitas vezes referido “desenvolver relações com as comunidades existentes, etc., etc.” é muita vez, mas esse relacionamento é muito pouco trabalhado, no nosso ponto de vista. Por outro lado, quando nós próprios não fazemos uma liderança ou até uma gestão das forças vivas ou das forças económicas que estão a funcionar na Berlenga, eles não estão todos presentes no Conselho Estratégico, o que até se calhar deviam estar, mas ao estarem todos presentes iria originar uma diversidade de opiniões em que as reuniões certamente nunca seriam conclusivas, portanto, eu dá-me ideia que nós próprios, seja a Câmara Municipal, seja a Assembleia Municipal, não sei que iniciativa é que poderia decorrer disto, deveria haver uma comissão de todos os envolvidos na problemática Berlenga, para dessa comissão haver o representante pelo menos no Conselho Estratégico, porque já sabemos que estão nomeados para a Comissão de Cogestão a senhora Vice-Presidente e o Dr. Ricardo Graça, evidentemente que não estou a duvidar da competência, mas tenho alguma dúvida da capacidade de decisão, até porque sabemos como esta Câmara é gerida. A prorrogação com certeza, mas toda esta problemática tem de ser muito mais trabalhada, portanto, era isto que eu queria, por um lado, afirmar, e, por outro lado, perguntar ao senhor Presidente que estratégia ou que soluções é que tem para o futuro, até porque num relatório de discussão pública quando se fala, por exemplo, do parque de campismo, o parque de campismo vem lá referenciado que não tem cabimento, porque não tem resposta legal, nós não temos estas informações e eu dá-me ideia que, aliás, julgo já o ter manifestado neste Assembleia, a Berlenga poderia ter um projeto ambiental muito interessante, e volto a afirmar, que poderíamos facilmente defender que a Berlenga fosse um destino turístico isento de petróleo, já dissemos isto, evidentemente que isto depois era um concelho que tinha de ser muito trabalho, mas que devia ser devidamente monitorizado, mas tudo isto tem que ter liderança e temos de saber se queremos fazer isto ou não, porque se calhar até queremos fazer outra coisa que é muito melhor.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Já nada me surpreende, o senhor Deputado Luís Almeida faz um conjunto de considerações que denotam uma falta de conhecimento muito profunda do que é o Conselho Estratégico, de quem lá está, qual é o papel do técnico que tem estado na Cogestão, qual é o papel da Cogestão, refere que o técnico da Câmara faz parte do Conselho Estratégico, não é verdade, portanto, prepara-se mal, dão-lhe uma má informação e eu acho que para o ano, é ano de eleições, deve ser o tema da campanha e dos programas de todos os candidatos de todas as forças políticas a Berlenga, para todos sabermos ao que vamos, agora, questionar sobre a prorrogação no ponto em que se está a discutir a prorrogação ou não de um protocolo para a contratação de um técnico, estar a querer discutir novamente o que é a Cogestão, o que é o Conselho Estratégico, que existe desde 2015, e que está muito claro, porque o que não está claro é o papel de algumas entidades e de algumas pessoas na Berlenga, mas existem diplomas e é regulamentado, não é a Câmara que entende que vai ser outra coisa qualquer e por qualquer coisa é assim, não. Eu acho que pode haver necessidade de aprofundar o que é o concelho, o Município, quer em relação à Berlenga, acho que é

legítimo, acho que é aceitável, se calhar até desejável, agora, cada um vai dar a sua opinião e as coisas mudam, acho que não é assim, mas é a minha opinião.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«A razão da minha intervenção era exatamente, ter melhor esclarecimento e pôr esta questão à discussão, porque se não for neste nosso âmbito que se peça para as coisas serem discutidas, nós não temos informação, portanto, se é interessante trabalharmos a Berlenga, vamos trabalhar a Berlenga, digam qual é a forma de termos mais capacidade de intervenção, qual é a forma de termos maior esclarecimento e desenvolver-mos todo esse processo para a comunidade de Peniche poder lutar pelos seus interesses, concretamente que se abra o parque de campismo, que a Berlenga seja um motivo e uma razão de educação ambiental, etc., etc.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu ouvi com atenção o senhor Deputado Luís Almeida e o senhor Deputado diz às tantas que “sabemos como esta Câmara é gerida”, pode concretizar o que quer dizer com isso? Se calhar, provavelmente, vai dizer que a Câmara é mal gerida, mas, senhor Deputado, essa é a sua verdade, essa não é a realidade e eu respeito a sua opinião, mas não tem sido essa a opinião da população, concorda comigo? É factual, a população não concorda consigo, é o que têm demonstrado os resultados eleitorais. Pedia-lhe que concretizasse.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«A questão que eu ponho, em relação à gestão, não é exatamente uma questão de gestão do funcionamento, a questão que eu ponho é uma questão de liderança no sentido de defesa dos interesses locais e, portanto, se é isso que quer que eu responda, aqui está a minha resposta. Em relação às eleições, deixe-me que lhe diga que já passaram dois anos.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O senhor Deputado fala em defesa dos interesses locais, o senhor Presidente não precisa que eu o defenda nem sequer gosta, mas se é reconhecimento que a população lhe faz, ao longo da sua história de vida, é a defesa e os direitos da população de Peniche.»

Deliberação n.º 11/2024: Submetida a proposta (n.º 59/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a prorrogação do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche, o Fundo Ambiental e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. para cogestão da Reserva Natural das Berlengas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

Por não se encontrar na sala, a senhora Ana João dos Santos Lima, eleita pelo Partido Social Democrata, não participou na votação deste assunto.

14) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A TAXA TURÍSTICA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«A proposta de Regulamento de Taxa Turística no Município de Peniche, a taxa turística incide na modalidade de dormida com um valor unitário de um euro, a incidência objetiva tem a ver com aquilo que são empreendimentos turísticos. Relativamente à primeira versão que foi para discussão pública, concretizou-se aqui aquilo que seria os empreendimentos turísticos para não haver dúvidas no caso de poder haver alterações à legislação e assim o regulamento manter-se sempre em vigor, tem um limite de cinco noites e depois tem algumas isenções e incidências, nomeadamente a questão que só é devida a taxa em hóspedes com idade igual ou superior a treze anos e estão também excecionados o caso que tem a ver com as estadias motivadas, quer para ato médico, quer para questões de saúde e também questões ao nível da escola, isto porque há um polo da universidade, a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, que está salvaguardado e também aquelas que são todas as dormidas das Berlengas e este último ponto resultou daquilo que foram os contributos na discussão pública.

Depois, aquilo que se trabalhou mais foi ao nível da liquidação, cobrança e fiscalização e é muito importante os serviços trabalharem nessa parte para que, assim que entre em vigor e entrará em vigor no primeiro dia útil a seguir à sua publicação em Diário da República, os serviços estejam em condições de proceder à cobrança e liquidação e antes disso haver algumas ações de sensibilização e formação para aqueles que são os hoteleiros e todos aqueles que terão de proceder ao pagamento da Taxa Turística.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Relativamente a este assunto, gostaria de obter algumas informações antes de dar opinião. Eu tenho números de dormidas de turismo no Oeste, mas só tenho dados relativamente a 2022 e dados comparativos com 2021. De um total de um milhão quatrocentos e vinte e um mil seiscientos e oitenta (1.421.680) dormidas, duzentas e trinta e oito mil cento e noventa e duas (238.192) ocorreram aqui no nosso concelho, pergunto se há dados, relativamente a isto, mais atualizados ou não, se estes são os últimos dados que temos como ponto de partida. Eu li vários regulamentos relativamente a este tipo de situação, vi o de Lisboa, vi o de Sintra e vi o de Óbidos, por razões óbvias. Fiz a leitura atenta daquilo que foi dito pelo senhor Diretor, Rui Vargas, na prática há aqui um copy paste de todos os objetivos relativamente à medida, tanto na isenção como no objeto dos empreendimentos turísticos, os estabelecimentos de alojamento local, mas não ouvi nenhuma palavra sobre a aplicação desta taxa, porque quando se faz uma taxa tem de pressupor a aplicação, e os regulamentos são todos claros relativamente a isso, e nos outros regulamentos em todos diz, por exemplo, vou ler só o de Lisboa: “Aplicação das receitas em projetos, estudos e equipamentos”, este é o de Lisboa, mas poderia ler o de Sintra que, para variar, escreveram o mesmo, portanto, a questão é, não tendo sido elencada esta questão, se nós estamos a criar uma taxa, e bem, aliás, toda a gente já tem, não vale a pena estarmos aqui com histórias, é uma receita, mas qual é o objeto e o destino desta taxa, ponto um.

Ponto dois, não me parecia nada mal que o Município de Peniche fosse pioneiro neste país, relativamente a que, dos cem por cento da sua receita, dez por cento fosse para as Juntas de Freguesia, é um desafio que deixo à Câmara Municipal de Peniche.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Eu aproveitava a questão da Taxa Turística só para questionar ao senhor Presidente em que estado é que está a revisão da Tabela de Taxas e Preços do Município que já vai, creio que, para dois anos desde que foi lançado o edital.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Verdadeiramente, esse é um dos grandes objetivos, projetos e investimento em termos de infraestruturas muito ligadas ao turismo e aí tivéssemos nós uma receita de dez anos da Taxa Turística e não era suficiente.

Em relação à revisão, pedia que o senhor Diretor Municipal respondesse.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente à questão da revisão da Tabela de Taxas, estamos a trabalhar, temos um técnico afeto a essa situação e demorou mais tempo, porque tivemos de trabalhar com a Agência Portuguesa do Ambiente aquilo são as novas competências do Município e há aqui a necessidade de proceder a essa atualização, não fazendo uma revisão pontual, mas uma revisão de todo o Regulamento de Taxas, incluindo regulamento e tabela de taxas, isto na sequência daquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei disse, porque tem de haver uma fundamentação económica para a criação das taxas e também para a alteração das taxas, quando elas têm um percentual mais elevado, e essa fundamentação existe no nosso regulamento, nomeadamente no preâmbulo.

Quanto à afetação da receita da taxa para as Juntas de Freguesia, a lei não permite a afetação da taxa para determinada despesa, porque aí estaríamos a trabalhar no âmbito do imposto e não da taxa, por isso não podemos afetar para este ou aquele encargo, até porque a taxa tem um pressuposto económico que são as utilidades prestadas aos particulares e este é um dos requisitos que uma taxa tem de ter, estas utilidades prestadas, e por isso não pode haver afetação de receita.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu acho que o nosso Diretor não vai levar a mal aquilo que eu vou dizer, até porque não estou a dizer isto com nenhuma maldade, não me passa nada pela cabeça relativamente a isto, mas eu acho que essa devia ser uma resposta política. Eu percebi o que disse há primeira, sei o que é um imposto e sei o que é uma taxa, mas também sei uma coisa, eu sei que no verão as atividades que são desenvolvidas em Peniche são umas e é o Município que faz a maior parte, a freguesia também faz algumas, mas eu sei que nas nossas freguesias quem faz atividades para os turistas somos nós e são muitas, isso custa dinheiro, é um investimento que fazemos, portanto, a forma de lá chegar podemos encontrar outra forma, mas acho que ideia deveria ser apoiar todos aqueles que promovem o concelho turisticamente e a Cultura é um eixo fundamental dessa promoção.»

Deliberação n.º 12/2024: Submetida a proposta (n.º 110/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche

deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar o Regulamento Municipal para a Taxa Turística.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 13/2024: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo vinte e três horas e cinquenta minutos do dia quinze de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na primeira reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de setembro de 2024, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
